

**O Trabalho Doméstico Não-Remunerado Feminino:
Prevalência, Caracterização e Fatores Associados nas Economias da
América Latina**

Palavras chave: Gênero. Uso do tempo. Desigualdade. Trabalho não-remunerado

Angela Welters

Núcleo de Estudos em Economia Social e Demografia Econômica – NESDE

Departamento de Economia – Universidade Federal do Paraná – Brasil

welters@ufpr.br

Denise Maria Maia

Núcleo de Estudos em Economia Social e Demografia Econômica – NESDE

Departamento de Economia – Universidade Federal do Paraná – Brasil

ddenimaia@yahoo.com.br

Raquel Guimarães

Núcleo de Estudos em Economia Social e Demografia Econômica – NESDE

Departamento de Economia – Universidade Federal do Paraná – Brasil

raquel.guimaraes@ufpr.br

Resumo

O objetivo deste estudo é investigar a evolução do trabalho doméstico não-remunerado (TDNR) feminino em nove países selecionados da América Latina, quais sejam: Argentina, Brasil, Costa Rica, República Dominicana, Equador, México, Panamá, Trindade e Tobago e Uruguai. Para isso, adotou-se um desenho de pesquisa quantitativo exploratório em microdados baseado em Censos Demográficos disponíveis no IPUMS. Os resultados apontam que a prevalência do TDNR entre as mulheres é elevada, ainda que tenha se reduzido no tempo. Tal indicador é fortemente correlacionado com piores níveis de desenvolvimento econômico, medidos pelo PIB per capita, participação feminina na força de trabalho, taxas de mortalidade infantil e escolaridade feminina. Buscou-se também caracterizar estas mulheres, que, na América Latina, ainda predominam nesta atividade tão desvalorizada pela sociedade.

Introdução

O sistema de família patriarcal tem se modificado ao longo dos últimos séculos, contudo, em pleno século XXI ainda é predominante em partes da Ásia, África, dos Andes e dos Balcãs (Therborn, 2006). Para ele, “(...) O patriarcado está agora entrincheirado nas regiões pobres do mundo, e o ritmo de seu desaparecimento dependerá muito do vigor futuro do desenvolvimento econômico dessas regiões.” (Therborn, 2006:451). Para ele a desigualdade de gênero será mais duradoura que o próprio patriarcado, por conta “(...) de sua profunda inserção em padrões de renda estruturados pelo gênero e nas antigas assimetrias das responsabilidades familiares.” Logo, estudos sobre desigualdade de gênero são ainda mais relevantes em regiões em que o desenvolvimento e a igualdade ainda não estão devidamente consolidados, tais como a América Latina. (Therborn, 2006:452)

Nas mais diversas dimensões da desigualdade de gênero, é notório que as mulheres têm participação preponderante nas atividades ligadas aos afazeres domésticos e de cuidado no mundo todo (UNITED NATIONS, 2015). As atividades de reprodução social, embora contribuam expressivamente para o bem estar ainda não são devidamente valoradas ou inseridas nos Sistemas de Contas Nacionais, o que permite dizer, que o papel das mulheres no provimento do bem-estar das famílias é ainda negligenciado. Países que já incorporam de alguma maneira estas atividades no PIB sinalizam a importância econômica do trabalho não-remunerado, com participação entre 15 e 25% (CEPAL, 2016:28).

Apesar da carência de dados sobre uso do tempo, fica cada vez mais evidente a importância de estudos sobre o tema e o seu papel para a desigualdade de gênero. Em documento da CEPAL (2016) reitera-se a importância das pesquisas deste tipo, numa perspectiva de contribuir para políticas focadas na igualdade. Afirmam também que nos últimos anos 19 países

da América Latina criam medidas de uso de tempo. Não obstante, a entidade alerta que estas pesquisas não são comparáveis, uma vez que as metodologias são diferentes, em especial, em relação aos seus objetivos, suas possibilidades de desagregação, sua cobertura geográfica, bem como de seus procedimentos de coleta e classificações. (CEPAL, 2016: 26). O futuro dos estudos e a comparabilidade internacional dos dados dependem da utilização de uma classificação comum (CAUTAL - Classificação de Atividades do Uso do Tempo para América Latina e Caribe). (CEPAL, 2016).

Na ausência de estatísticas do uso do tempo, o mapeamento da prevalência do trabalho doméstico não-remunerado (TDNR) na sociedade é um bom indicador da desigualdade de gênero em uma sociedade. Ademais, como a pobreza está presente de forma marcante nos ambientes rurais, assim como, valores patriarcais, pode-se inferir que as mulheres moradoras de áreas rurais estão sujeitas a uma maior jornada de trabalho não remunerado do que nos ambientes urbanos. Adicionalmente, considerando o cuidado além dos afazeres domésticos, parece claro que mulheres em famílias com filhos menores têm maiores cargas de trabalho não remunerado, do que as mulheres sem filhos.

Neste contexto, pretende-se contribuir com a construção não apenas de um retrato da realidade da desigualdade de gênero na América Latina. Objetiva-se também criar uma relação entre a importância dessas atividades nas referidas economias e seu nível de desenvolvimento econômico. Esta medida, apesar das limitações que a carência de dados impõe, visa lançar luz sobre a invisibilidade social destas tarefas e mostrar como elas contribuem para a riqueza gerada embora não sejam voltadas para o mercado.

Revisão da Literatura

Na América Latina, Márquez, Modesto e Mora (2017) analisaram esta divisão entre trabalho remunerado e não remunerado (afazeres domésticos e cuidado) entre gêneros no México e Peru. Ambos os países possuem uma história em comum com a colonização hispânica e forte presença de valores culturais tradicionais. Os autores comentam que as quedas nas taxas de fecundidade desde a década de 1970, sobretudo graças ao uso de contraceptivos pelas mulheres dos dois países, permitiu uma maior inserção no trabalho remunerado, apesar da manutenção de padrão desigual entre gêneros. A redução do número de filhos e mesmo a escolha de quando ter o primeiro filho, facilita a entrada das mulheres no mercado de trabalho remunerado. Contudo, esta inserção se dá num mercado de trabalho precário, com grande informalidade e desemprego. Adicionalmente, mostram que, mesmo com as mudanças que ocorrem no universo familiar, com a emergência de novos arranjos, o trabalho doméstico não remunerado e de cuidado permanecem fortemente atrelados ao papel feminino. Concluem, assim, que a divisão sexual do trabalho nos

dois países se mostra ainda fortemente ligada aos padrões tradicionais, evidenciando uma sobrecarga de trabalho para as mulheres quando considera-se a carga de trabalho total na semana.

Espejo, Filgueira e Rico (2010) analisam de que maneira as mudanças demográficas, econômicas, sociais e culturais afetam o modo de viver em família na América Latina e elencam as principais transformações demográficas na região. Constatam que aumentam em participação as estruturas familiares reconstituídas, monoparentais com filhos e chefiadas por mulheres, ao passo que diminuem os domicílios com famílias estendidas multigeracionais. Adicionalmente, aumenta a entrada das mulheres no mercado de trabalho remunerado, enquanto que os homens ainda resistem à participar das atividades domésticas no domicílio. As mudanças demográficas que contribuem para este cenário são a queda das taxas de fecundidade, o que varia de acordo com o a idade, nível educacional e de renda; bem como, o aumento da esperança de vida e consequente envelhecimento da população. Estas alterações promovem um novo modo de viver em família que demonstra enfraquecimento do modelo tradicional de família, contudo, as atividades de reprodução permanecem majoritariamente a cargo das mulheres.

Com outra perspectiva, García e González (2013) estudam de que maneira o trabalho doméstico remunerado (TDR) reforça os papéis de gênero e se relaciona com a desigualdade de classe. Verificam que o TDR é realizado majoritariamente por mulheres, reforçando o caráter de gênero desta atividade. Verificam que a mercantilização das tarefas domésticas ligadas à reprodução social dos domicílios possui duas facetas. De um lado, a contratação é feita por mulheres de classes médias ou altas, mais escolarizadas, que trabalham fora do domicílio ou não e que buscam substituição nestas tarefas, pois podem arcar com esta despesa. De outro lado, as trabalhadoras ocupadas na atividade doméstica remunerada pertencem a estratos sociais mais baixos, possuem menos escolaridade e não podem abrir mão dos afazeres domésticos, pois seus rendimentos são muito baixos. Logo, estas mulheres possuem dupla jornada e estão mais sobrecarregadas do que as que pertencem às classes médias e altas. A contratação do TDR só é possível pela desigualdade de classe existente, pois as trabalhadoras exercem esta atividade por necessidade de sobrevivência. Neste sentido, as autoras alertam que estudos de desigualdade de gênero devem levar em conta a estratificação social.

Mesmo as sociedades que não reconhecem os afazeres domésticos como equivalentes do trabalho remunerado já discutem projetos de lei de mensuração de riqueza produzida pelas atividades não remuneradas, na sua grande maioria as desempenhadas pelas mulheres. (Nunes, 2017)

Argentina

De acordo com Cutuli e Pérez (2011) historicamente, a participação laboral feminina na Argentina foi elevada até fins do século XIX, decaindo até chegar a seu menor nível em 1947. A partir daí, apresenta recuperação, sendo mais intensa a partir dos anos oitenta. Elas citam estudos realizados na Argentina que vinculam a trajetória laboral das mulheres ao ciclo de vida, indicando por exemplo, que o casamento e nascimento dos filhos representam quebras na vida laboral feminina, em especial até a década de 80. Desde a década de 1930 apesar da participação feminina elevada, em geral as mulheres saíam do mercado de trabalho após o casamento e retornavam depois dos 35 anos, mantendo-se ativas até os 55 anos. Após a década de 1970 começam a ingressar no mercado de trabalho, mulheres de classe média com mais nível educacional e casadas. Elas ocupam cargos de administração, finanças, seguros, serviços sociais, entre outros. Com isso, afloram as dificuldades de conciliar as atividades do lar e as remuneradas, uma vez que os homens muito pouco contribuem com os afazeres domésticos. Na Argentina, o serviço doméstico remunerado sempre predominou entre as mulheres. No final da década de 1940, dos 59% de participação feminina no setor terciário, mais da metade era em serviços domésticos. Em 1980, 21% da PEA feminina encontrava-se ainda no emprego doméstico na Argentina. Ainda hoje o serviço doméstico representa uma atividade ligada às mulheres com menos renda e menor nível educacional. Para as autoras, “La puesta en valor del servicio doméstico nos parece, entonces, difícilmente separable del reconocimiento social del trabajo doméstico no remunerado”. (Cutuli e Pérez, 2011:77)

Brasil

Melo (2016) destaca que a inserção produtiva das mulheres cresceu desde os anos 1970 no Brasil. Constata que, em 2005, a participação das mulheres no mercado de trabalho chega a 40%. Esta cifra evidencia, no entanto, que um grande contingente de mulheres permanece fora do mercado de trabalho, cuidando da casa, filhos, idosos, etc. Neste sentido, estima o papel econômico da atividade doméstica não remunerada, e verifica que esta corresponde a 12% do PIB brasileiro em 2005.

Outra estimativa mais recente do valor do trabalho doméstico não remunerado no Brasil, estabelece que a produção de trabalho doméstico e de cuidado equivaleria a 10,44% do PIB, enquanto que apenas o trabalho não remunerado das mulheres representaria 8,42% do PIB em 2013. (Jesus, 2018:107) Além disso, seu estudo mostra que as mulheres produzem muito mais trabalho doméstico do que consomem. Esta desigualdade na distribuição do trabalho doméstico entre os membros da família começa ainda mais cedo na vida das mulheres pobres, segundo evidências empíricas do estudo.

Costa Rica

Apesar do elevado crescimento da economia nos últimos 20 anos, a desigualdade de gênero permanece quase inalterada, com incidência de pobreza e desemprego maior entre as mulheres. E apesar das mulheres que estão no mercado de trabalho terem maior nível educacional que os homens, as oportunidades para o emprego feminino são de baixa qualidade. A participação masculina na força de trabalho é muito elevada (85%) enquanto que a feminina é a quarta menor da América Latina. É notável uma clara divisão social do trabalho na Costa Rica, com os homens sendo os principais responsáveis pelo trabalho remunerado e as mulheres pelas tarefas domésticas não remuneradas. Desta maneira, Jimenéz-Fontana (2016:2) conclui que a baixa inserção feminina no mercado de trabalho da Costa Rica permitiria acelerar o crescimento do país pela simples incorporação destas mulheres inativas. Este momento favorável nomeado de dividendo de gênero, se tornaria possível através de políticas que reduzam os obstáculos para a participação feminina no mercado de trabalho.

República Dominicana

Reyes (2003) mostra que os homens são maioria na força de trabalho, apesar do crescimento da participação feminina a partir dos anos 1990. A desvantagem das mulheres no mercado de trabalho pode ser exemplificada pelo fato delas representarem mais da metade da população em idade de trabalhar, todavia, pouco mais 35% da PEA.

As brechas de gênero são observáveis através dos salários desiguais, maior desemprego, maiores níveis de pobreza e vulnerabilidade, menores oportunidades de emprego decente, elevadas taxas de mortalidade materna, altos níveis de violência contra a mulher e feminicídios e baixa representação política. Ademais, cabe quase exclusivamente às mulheres as atividades de trabalho doméstico não remunerado e de cuidado. (INTEC, 2016:6)

Equador

A cultura tradicional dos papéis sociais de mulheres e homens trazida pelos colonizadores, reforça a ideia de inferioridade e dependência em relação aos homens da família, sejam maridos, pais, irmãos ou tios. Ao mesmo tempo, o trabalho doméstico não remunerado ainda é a atividade mais importante das mulheres do Equador. Apesar de sua importância, é um trabalho desvalorizado socialmente que sobrecarrega as mulheres e contribui para a pobreza relativa e também atua como barreira à entrada no mercado de trabalho. Mesmo com o movimento de entrada a partir da década de 1970, muitas mulheres, ainda hoje precisam escolher entre trabalho e família, bem como enfrentam segregação laboral, com menores salários e condições de trabalho mais difíceis que dos homens. (Armas, Contreras e Vásquez, 2009)

As brechas de gênero ainda são muito grandes no Equador. A participação na força de trabalho e na educação tem aumentado, contudo, as mulheres que vivem no interior têm maior dificuldade em continuar os estudos e buscar um trabalho remunerado. O trabalho doméstico e no setor serviços são os principais que ocupam a força de trabalho feminina, o que incentiva a migração interna e externa em busca de oportunidades no meio urbano. As mulheres representam pouco mais da metade da população, e também são maioria na informalidade, no subemprego e no analfabetismo no país. (CONAMU, 2008)

México

Desde a década de 1920, o crescimento do setor terciário no México aumenta o espaço de trabalho para as mulheres. Oliveira e Ariza (2001) mostram que, entre 1930 e 1970, tem-se o crescimento do emprego em setores modernos do terciário, sobretudo, serviços sociais e serviços ao produtor. Neste período, ingressam na atividade remunerada, em especial mulheres jovens e solteiras, com decréscimo na participação a partir dos 25 anos. Em contrapartida, entre 1970 e 1995 são os setores menos vantajosos que absorvem a mão de obra feminina, como comércio e serviços pessoais. Neste período, a participação feminina é facilitada pela redução da fecundidade, o que reduz o tempo dedicado à criação dos filhos. O aumento da escolaridade e a queda na renda real das famílias, induzem também ao maior ingresso das mulheres no mercado de trabalho. Com isso, reduziu-se em 18% a diferença nas taxas de participação de homens e mulheres no país. Apesar disso, no México as taxas de participação feminina ainda se apresentam baixas no final da década de 1990 com apenas 37% de mulheres na PEA. Deve-se destacar também, que muito embora, tenha aumentado a participação feminina no mercado de trabalho nos últimos 50 anos, esta inclusão acontece de forma limitada e desigual. As trabalhadoras do México se concentram em atividades precárias e em tempo parcial. Outra questão que merece relevo é que as mulheres de classes baixas no meio urbano interrompem ainda sua trajetória laboral em virtude do casamento. Estas mulheres possuem menor escolaridade e maior número de filhos e são mais submissas e obedientes aos cônjuges do que as mulheres de classe média, que em geral, interrompem mais sua trajetória no mercado de trabalho em virtude do seu papel de mãe do que de esposa.

Panamá

A baixa participação das mulheres no mercado de trabalho no Panamá se baseia no papel tradicional imposto às mulheres. (Atencio, 2005). De acordo com a autora, alguns fatores motivam as mulheres a participar mais da força de trabalho como o maior nível educacional, o menor número de filhos, o alto custo de vida e as estratégias de sobrevivência das famílias. Também contam a busca de independência e a negociação das relações com seus companheiros.

Apesar disso, existem fatores que limitam esta participação no trabalho fora do lar, em especial a sua responsabilidade pelo cuidado com os filhos, uma vez que o país não conta com suficiente rede de apoio e, sobretudo, a resistência dos homens ao trabalho das esposas fora do lar. Em termos de ocupações as mulheres são minoria em todos os grupos ocupacionais, exceto no serviço doméstico, em que representam quase 90% das ocupadas.

Trindade e Tobago

A participação das mulheres na força de trabalho em Trindade e Tobago é relativamente mais baixa que a dos homens, sendo a menor dentre os países do Caribe. Roopnarine e Ramrattan (2011) mostram que 65% dos estudantes universitários são mulheres e que, apesar de seu aumento de qualificação em termos educacionais, seus salários são menores que dos homens em todas as ocupações. Algumas razões apontadas para a menor participação na força de trabalho por parte das mulheres, seriam o número de filhos no domicílio, acesso a programas sociais e doenças crônicas.

Maiores oportunidades para as mulheres seriam obtidas no meio urbano, sobretudo no setor de serviços. Porém, mesmo com migração interna elas ainda encontram dificuldades de acesso ao trabalho remunerado e apresentam taxas de desemprego mais elevadas do que os homens. A falta de emprego submete as mulheres à dependência dos maridos ou do Estado e tem incentivado a imigração das mulheres da região do Caribe. Dentre as ocupações femininas em Trinidad e Tobago estão atividades de balconista, trabalhadores de serviços e atividades elementares. (Seguino, 2002)

Uruguai

No Uruguai, o aumento intenso nas taxas de participação feminina no mercado de trabalho no período 1985-2015, reduziu a diferença entre a participação masculina e feminina para 15 ou 20 pontos percentuais. (OPP, 2016) A maior participação feminina é explicada por seu maior nível educacional, igualmente pela redução do número de filhos e o aumento de divórcios e de famílias chefiadas por mulheres. Apesar da maior participação laboral das mulheres, as desigualdades de gênero no país permanecem importantes, tanto no acesso, quanto na permanência das mulheres no mercado de trabalho. Diferenças salariais, segregação laboral, além da maternidade seriam fatores inibidores da participação laboral. Soma-se a isto a divisão desigual do trabalho doméstico no domicílio entre mulheres e homens. O estudo mostra ainda que a estrutura do mercado de trabalho e seu modo de funcionamento estão construídos para um tipo de trabalhador sem responsabilidades familiares e comprometido exclusivamente com a atividade econômica. Desta maneira, as instituições do mercado de trabalho reforçam as desigualdades no acesso ao trabalho por parte das mulheres no país.

Materiais e Métodos

Para cumprir os objetivos deste estudo, utiliza-se de um desenho de pesquisa quantitativo exploratório. Para tanto, foram utilizados microdados de países latino-americanos conforme disponibilidade de Censos Demográficos no IPUMS - *Integrated Public Use Microdata Series* (MINNESOTA POPULATION CENTER, 2018). Os países e as amostras utilizadas estão dispostos no Quadro 1.

Quadro 1: Países selecionados e amostras utilizadas conforme disponibilidade no *Integrated Public Use Microdata Series*

País	Amostras
Argentina	1970, 1980, 2001, 2010
Brasil	1970, 1980, 1991, 2000, 2010
Costa Rica	1973, 1984, 2000, 2011
República Dominicana	1960, 1970, 1981, 2010
Equador	1982, 1990, 2001, 2010
México	1970, 1990, 1995, 2000, 2010, 2015
Panamá	1960, 1970, 1980, 1990, 2000, 2010
Trindade e Tobago	1970, 1980, 1990, 2000, 2011
Uruguai	1963, 1975, 1986, 1996, 2006, 2011

Para cada um desses países, avalia-se no tempo a proporção de mulheres que participavam da força de trabalho, bem como os diferenciais por idade, escolaridade e localização geográfica. Em relação às informações sobre as mulheres consideradas inativas, porém engajadas com trabalho doméstico, há informações disponíveis para todos os países selecionados, mas com disponibilidade incompleta para alguns anos. A variável harmonizada pelo IPUMS-Internacional utilizada para a identificação das trabalhadoras foi a de status no emprego em sua versão detalhada (*Status in employment* - etiqueta EMPSTATD). Assim, foi possível identificar as trabalhadoras não-remuneradas que realizam trabalho doméstico familiar pelo código 310 nessa variável (*Unpaid family worker*). Para caracterizar o perfil dessas trabalhadoras, foram averiguadas suas características sociodemográficas, tais como idade, anos de escolaridade, número de filhos próprios residentes no domicílio, localização geográfica. Realizou-se ainda uma análise com dados agregados da proporção de mulheres com idade entre

10-79 anos engajadas no trabalho doméstico por país e ano. Num primeiro momento, estimou-se correlações individuais. O Quadro 2 apresenta as variáveis utilizadas nesse trabalho

Quadro 2: Descrição, etiqueta e fonte das variáveis utilizadas no estudo

Etiqueta	Variável	Descrição	Fonte
PERC_TDNR	Percentual de mulheres com idade entre 10-79 anos engajadas com o trabalho doméstico não-remunerado	Percentual de mulheres com idade entre 10-79 anos que realizavam trabalho doméstico não remunerado (EMPSTATD=310) em relação ao total de mulheres com 10-79 anos.	Calculada a partir dos microdados censitários do IPUMS-International
TX_PART_PEA_M UL	Taxa de participação na força de trabalho das mulheres de 10-79 anos	Percentual de mulheres com idade entre 10-79 anos que ofertavam horas no mercado de trabalho, estando ocupadas ou desocupadas, em relação ao total de mulheres com 10-79 anos.	Calculada a partir dos microdados censitários do IPUMS-International
PIB_PER_CAPITA	PIB per capita (a preços constantes de 2010, US\$)	O PIB per capita é o produto interno bruto dividido pela população no meio do ano. O PIB é a soma do valor adicionado bruto de todos os produtos da economia mais impostos sobre os menos e menos subsídios não incluídos no valor dos produtos. É calculado sem realizar deduções pela depreciação dos ativos fabricados ou pela diminuição e degradação dos recursos naturais.	Dados das Contas Nacionais do Banco Mundial - World Development Indicators
TFT	Taxa de Fecundidade Total (filhos por mulher)	Representa o número de filhos que teriam nascido se uma mulher sobrevivesse até o final de seu período reprodutivo e estivesse sujeita às taxas de fecundidade por idade vigentes no ano especificado.	United Nations Population Division. World Population Prospects: 2017 Revision.
TMI	Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)	É o número de crianças que morrem antes de atingir um ano de idade por mil nascimentos em um dado ano.	Estimativas produzidas pela UN Inter-agency Group for Child Mortality Estimation (UNICEF, WHO, World Bank, UN DESA Population Division) at www.childmortality.org .

Estas medidas foram correlacionadas com variáveis socioeconômicas: PIB per capita (proxy para o nível de desenvolvimento econômico), percentual da população com 25 anos ou mais com ensino médio completo (proxy para o Capital Humano), taxa de participação na força de trabalho das mulheres com 10-79 anos (proxy para o "esforço" que a economia realiza para

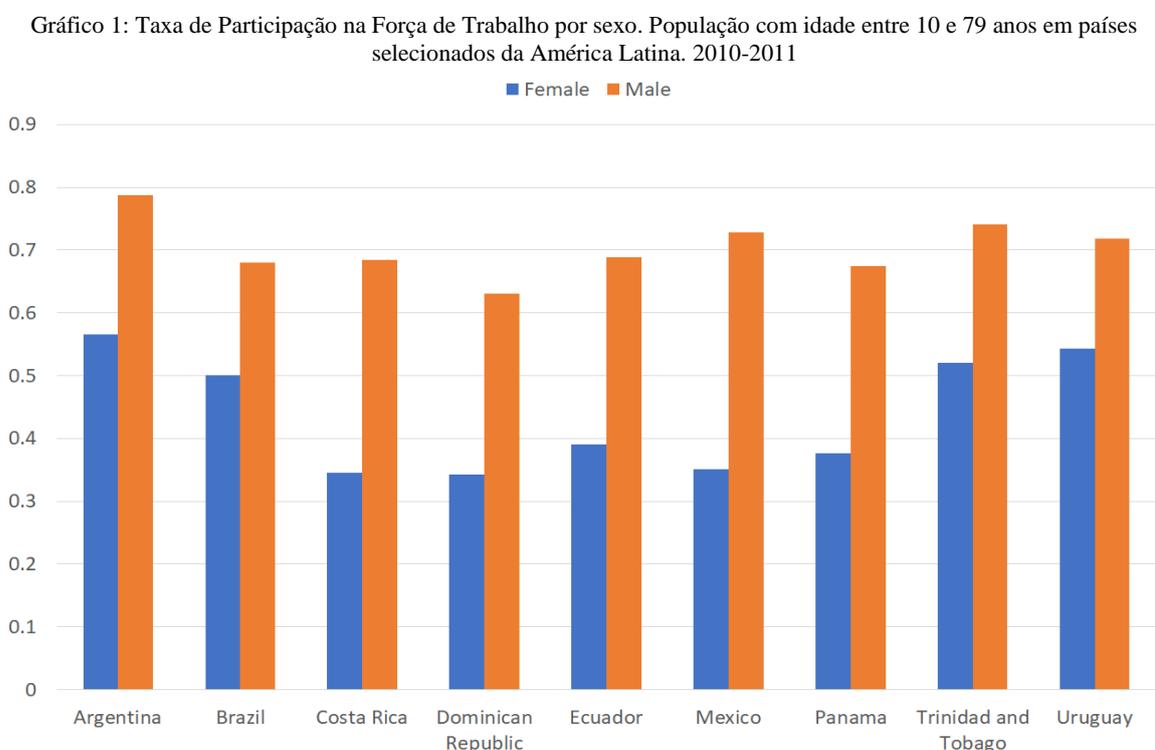
a produção de riqueza), taxa de fecundidade total e taxa de mortalidade infantil (proxies para o nível de desenvolvimento econômico).

Resultados

Ao analisar a amostra de países selecionados, em termos demográficos, verifica-se a presença de heterogeneidade entre os países, sendo alguns com perfil mais jovem (República Dominicana, Panamá, Equador), outros com o perfil de transição demográfica avançado, com aumento da população em idade ativa (Brasil, Argentina, Costa Rica, Trindade e Tobago), bem como países em estágios avançados de envelhecimento (Uruguai). Contudo, para todos os países, é notório o processo de transição demográfica ao longo do tempo.

Taxa de participação na Força de Trabalho

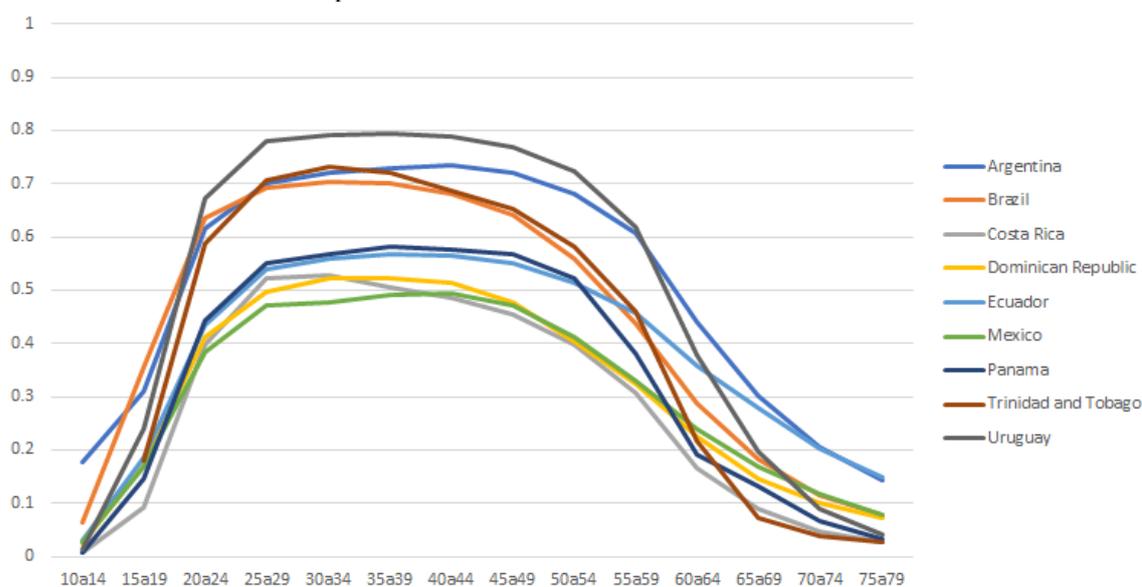
De forma inequívoca e matemática, o alto percentual de mulheres engajadas no TDNR reflete sua baixa participação na força de trabalho. Para os países da América Latina, e considerando os dados mais recentes dos Censos disponíveis no IPUMS-International, a participação feminina na força de trabalho é bastante inferior à masculina considerando-se a faixa etária dos 10 a 79 anos (Gráfico 1). Como analisa Sorj (2018:17) “(...) a persistência das desigualdades de gênero no mercado de trabalho é ao mesmo tempo causa e consequência do volume desproporcional de trabalho não pago que realizam em casa.”



Fonte: Elaboração das autoras a partir dos microdados do IPUMS-International (Minnesota Population Center, 2018)

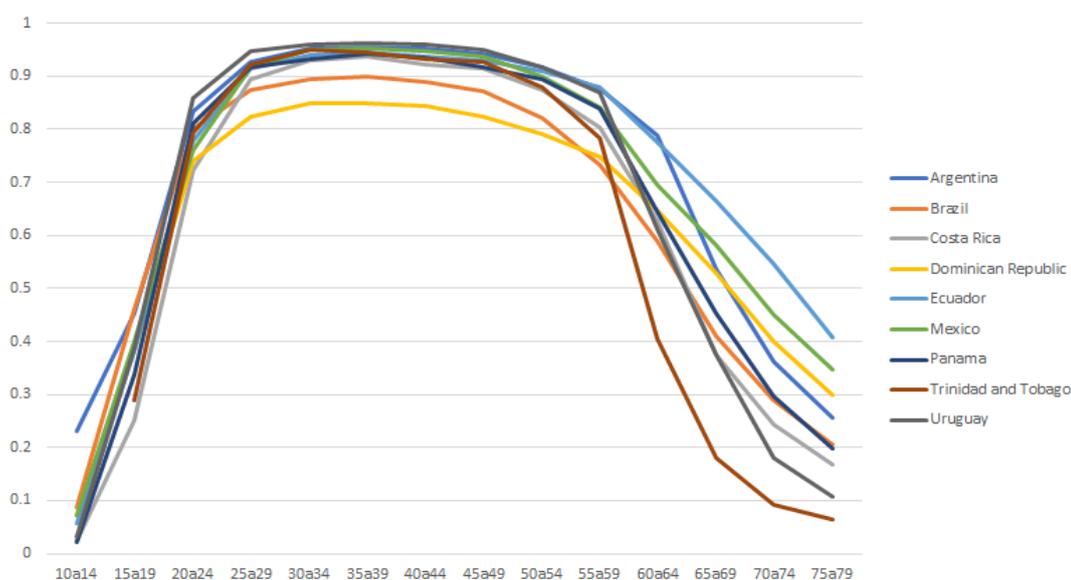
Ademais, tal desigualdade na participação na força de trabalho é também notória ao longo das idades, em que, nas chamadas *prime ages* (30-55 anos), a taxa de participação dos homens na força de trabalho é elevada (acima dos 80% para todos os países), e, por outro lado, a taxa de participação das mulheres sequer avança acima dos 80% nos países selecionados (Gráfico 2 e 3).

Gráfico 2: Taxa de Participação na Força de Trabalho das Mulheres por Idade. População com idade entre 10 e 79 anos em países selecionados da América Latina. 2010-2011



Fonte: Elaboração das autoras a partir dos microdados do IPUMS-International (Minnesota Population Center, 2018)

Gráfico 3: Taxa de Participação na Força de Trabalho dos Homens por Idade. População com idade entre 10 e 79 anos em países selecionados da América Latina. 2010-2011

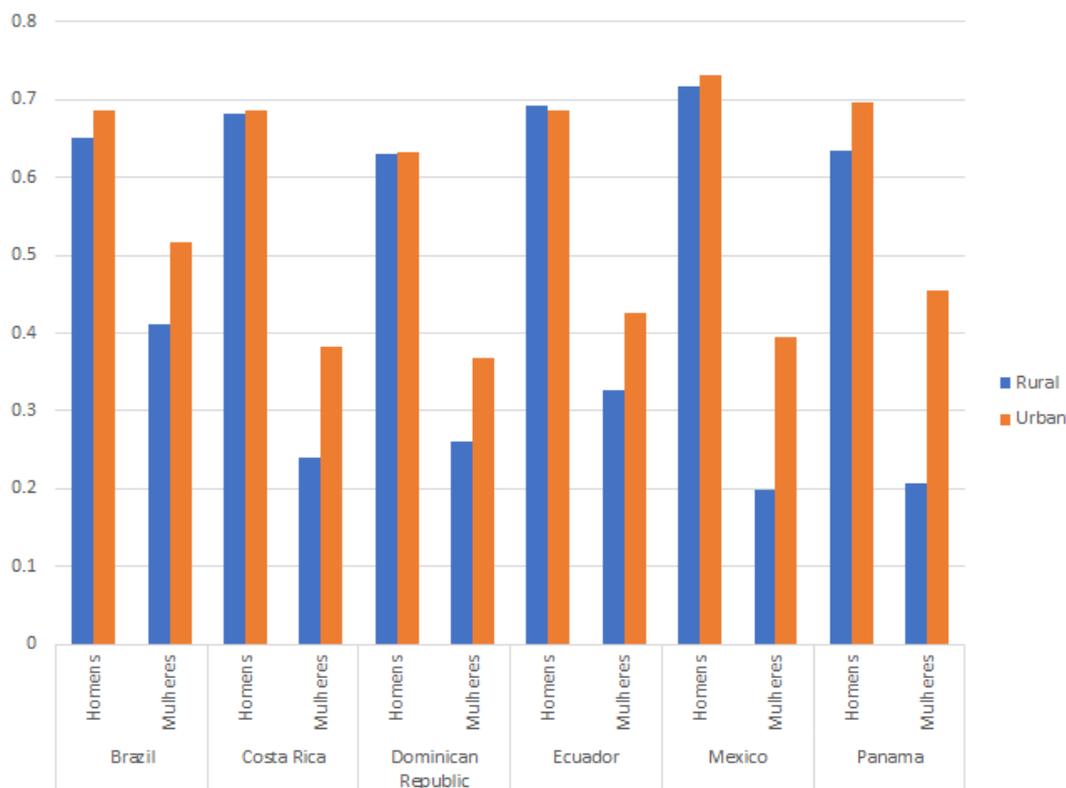


Fonte: Elaboração das autoras a partir dos microdados do IPUMS-International (Minnesota Population Center, 2018)

Outro aspecto analisado foi a taxa de participação de homens e mulheres na força de trabalho por localização geográfica. Em todos os países analisados, as mulheres que moram na

zona rural estão menos presentes na força de trabalho se comparado as que moram no meio urbano (Gráfico 4).

Gráfico 4: Taxa de Participação na Força de Trabalho dos Homens e Mulheres por Localização Geográfica. População com idade entre 10 e 79 anos em países selecionados da América Latina. 2010-2011



Fonte: Elaboração das autoras a partir dos microdados do IPUMS-International (Minnesota Population Center, 2018)

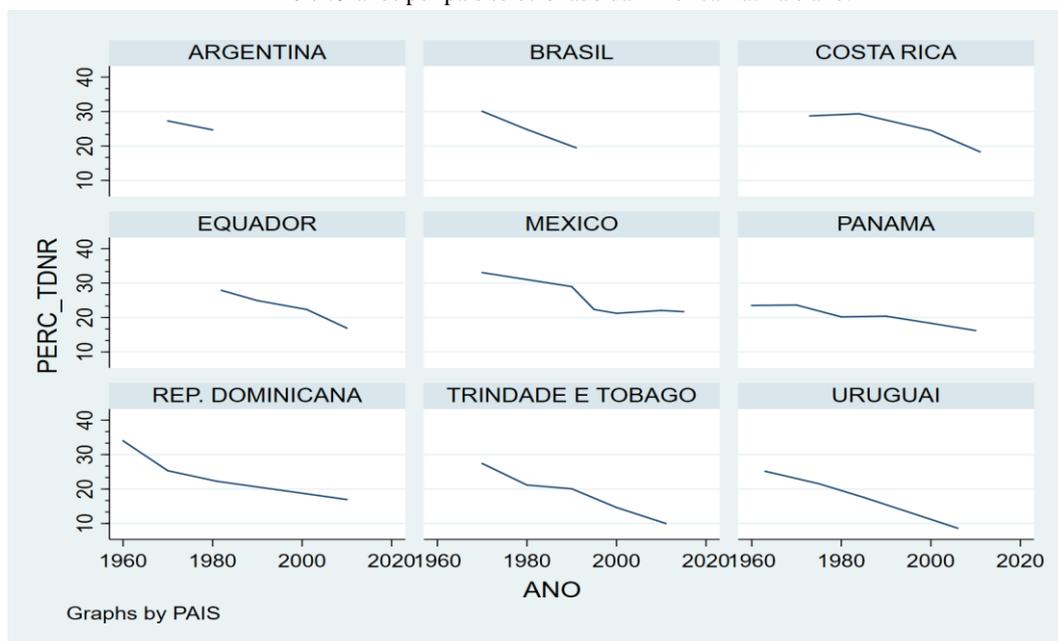
A relevância do Trabalho Não-Remunerado

Para a análise do TDNR ao longo do tempo e entre países, construiu-se uma base de dados em painel, sendo 9 países observados em pontos no tempo. O número de observações (países X tempo) foi de 38, sendo, em média, cada país observado por 4,22 pontos no tempo em nossa amostra. Em média para o painel, o percentual de mulheres com idade entre 10 e 79 anos que estava engajada no TDNR foi de 22,52%, sendo o valor mínimo observado no painel de 8,63% (Uruguai, 2006) e o valor máximo de 34% (República Dominicana, 1960).

Do ponto de vista temporal, observa-se nos países selecionados uma boa notícia no que tange ao percentual de mulheres com idade entre 10 e 79 anos engajadas no TDNR, sendo que observou-se no tempo uma queda nesse percentual para todos os países. A evolução mais marcante foi observada para Trindade e Tobago e Uruguai. O primeiro país saiu de um patamar de mulheres engajadas nessa atividade de 27,42% em 1970 para 10% das mulheres em 2011. De forma análoga, no Uruguai, esse percentual era de 25,16% em 1963 e caiu para 8,63% em 2006.

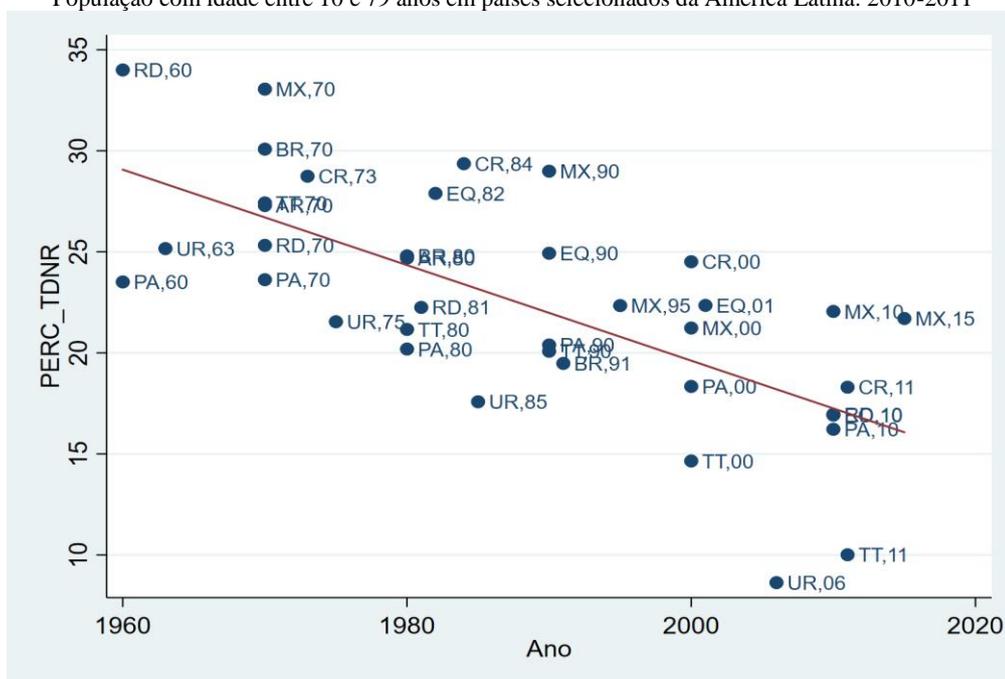
Considerando-se os dados mais recentes, destaca-se negativamente a posição do México, com ainda 21,7% das mulheres nessa faixa etária engajadas no TDNR (Gráficos 5 e 6).

Gráfico 5: Percentual de Mulheres engajadas com o trabalho doméstico não-remunerado (TDNR). População com idade entre 10 e 79 anos por país selecionado da América Latina e ano.



Fonte: Elaboração das autoras a partir dos microdados do IPUMS-International (Minnesota Population Center, 2018)

Gráfico 6: Evolução temporal do Percentual de Mulheres engajadas com o trabalho doméstico não-remunerado (TDNR). População com idade entre 10 e 79 anos em países selecionados da América Latina. 2010-2011



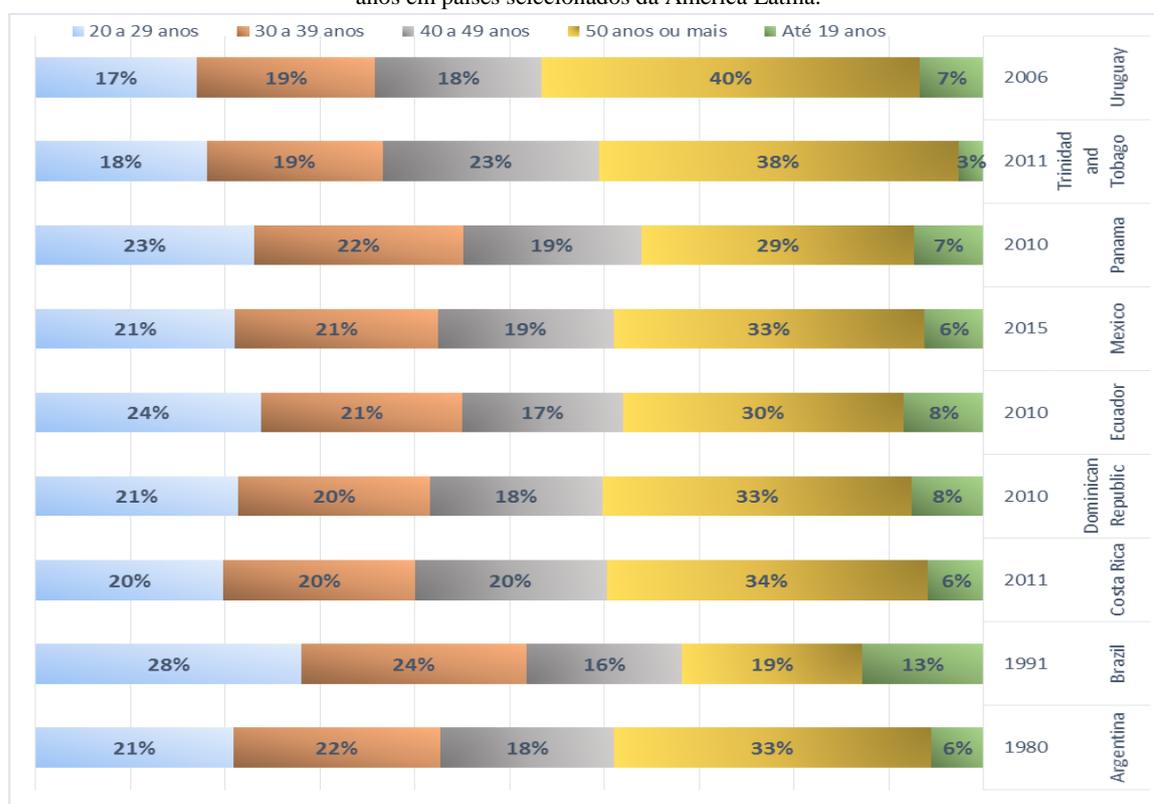
Fonte: Elaboração das autoras a partir dos microdados do IPUMS-International (Minnesota Population Center, 2018)

Perfil da Trabalhadora Doméstica Não-Remunerada nos Países Seleccionados

O perfil da trabalhadora doméstica não remunerada na América Latina, embora tenha evoluído no tempo em decorrência das transições demográficas e de escolaridade, bem como da urbanização, ainda aponta para um segmento da população fortemente vulnerável. Este perfil é, em termos da idade, bastante homogêneo entre os países.

Observa-se no Gráfico 7 um perfil da trabalhadora doméstica mais madura (maior prevalência de mulheres com 40 anos ou mais), condizente com a transição demográfica e com melhores oportunidades para as coortes de mulheres mais jovens e escolarizadas.

Gráfico 7: Distribuição etária das mulheres engajadas com o Trabalho Doméstico Não-Remunerado. População entre 10 e 79 anos em países seleccionados da América Latina.

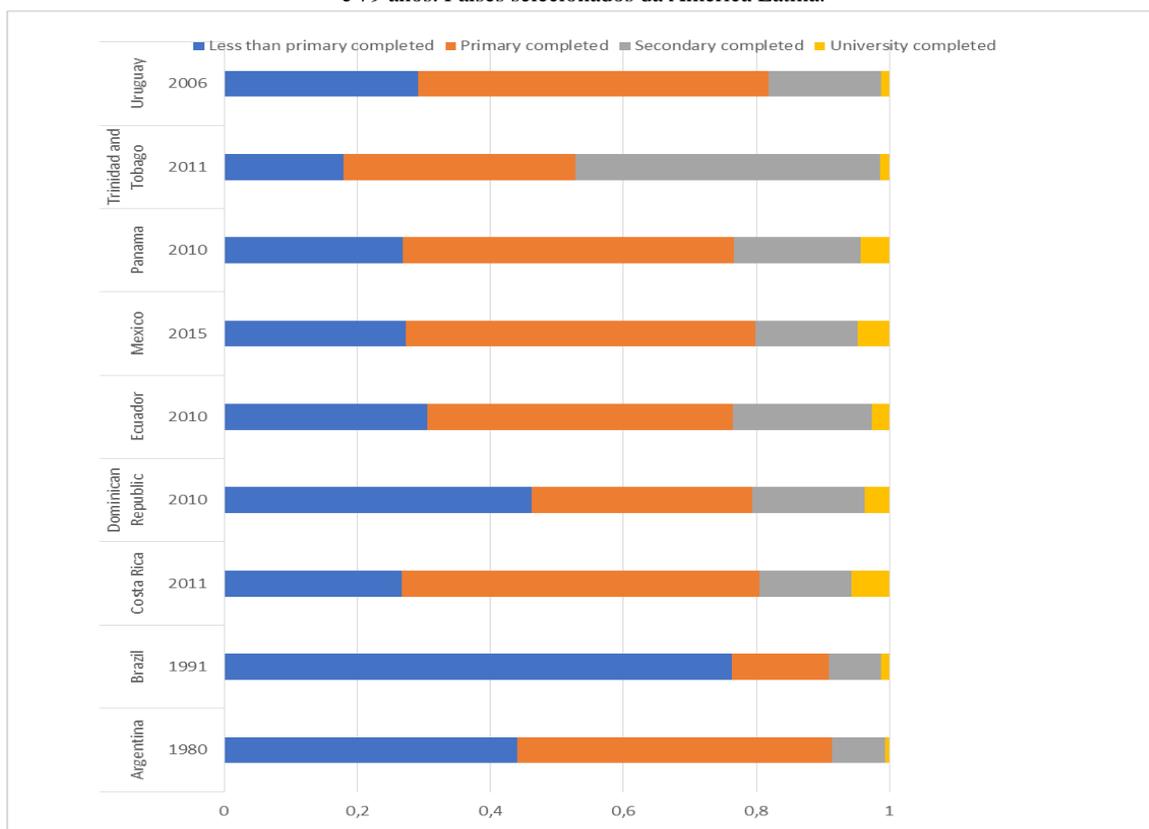


Fonte: Elaboração das autoras a partir dos microdados do IPUMS-International (Minnesota Population Center, 2018)

Em termos da escolaridade da trabalhadora doméstica não-remunerada nos países seleccionados e períodos, foi verificado, conforme sugere a literatura internacional, o número de anos de estudos completos para aquelas que muito provavelmente tenham concluído sua trajetória educacional, sendo que adotamos o limite de 25 anos ou mais de idade para esse cálculo (segundo a literatura internacional).

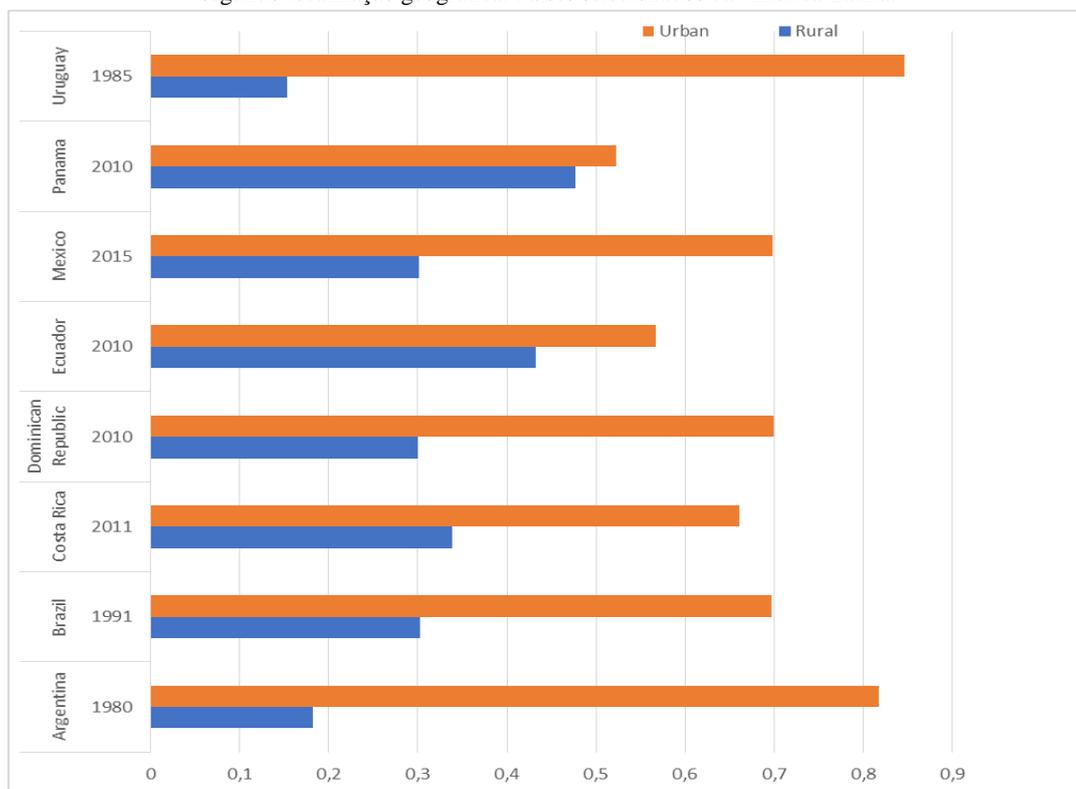
Observa-se a partir do Gráfico 8 que as trabalhadoras domésticas não remuneradas apresentam, em sua maioria, uma escolaridade baixa, com menos do que o ensino primário completo ou o primário incompleto.

Gráfico 8: Distribuição educacional das mulheres engajadas com o Trabalho Doméstico Não-Remunerado com idade entre 25 e 79 anos. Países selecionados da América Latina.



Fonte: Elaboração das autoras a partir dos microdados do IPUMS-International (Minnesota Population Center, 2018)

Gráfico 9: Distribuição das mulheres engajadas com o Trabalho Doméstico Não-Remunerado com idade entre 25 e 79 anos segundo localização geográfica. Países selecionados da América Latina.



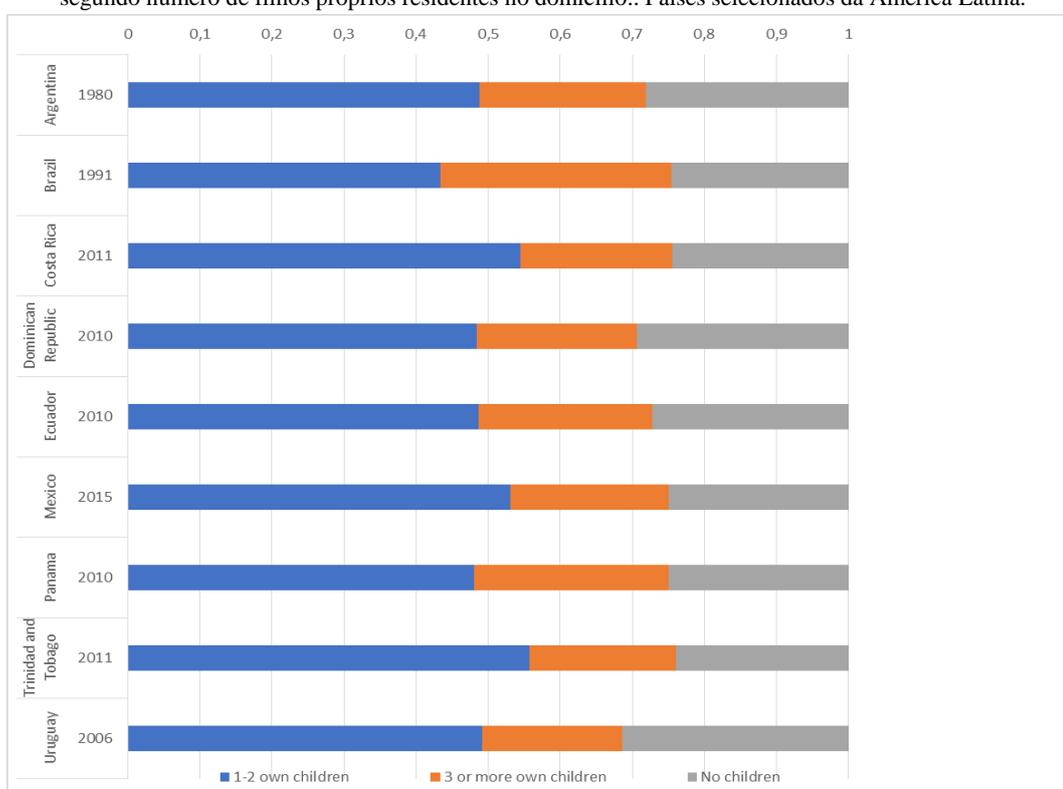
Fonte: Elaboração das autoras a partir dos microdados do IPUMS-International (Minnesota Population Center, 2018)

Constata-se também a prevalência do trabalho doméstico não remunerado no meio urbano (Gráfico 9), destacam-se Brasil, Uruguai, Argentina e México.

Outra característica analisada foi o papel do número de filhos para as mulheres engajadas no TDNR. Verifica-se em todos os países analisados que um maior número de filhos resulta numa maior participação nas atividades domésticas não remuneradas. Cabe lembrar que o TDNR inclui as atividades de cuidado com filhos, idoso e doentes (Gráfico 10).

Assim, com baixa escolaridade, com filhos e mais maduras nas décadas recentes, estão cada vez mais presentes nas áreas urbanas as mulheres ocupadas no TDNR na América Latina.

Gráfico 10: Distribuição das mulheres engajadas com o Trabalho Doméstico Não-Remunerado com idade entre 25 e 79 anos segundo número de filhos próprios residentes no domicílio.. Países selecionados da América Latina.

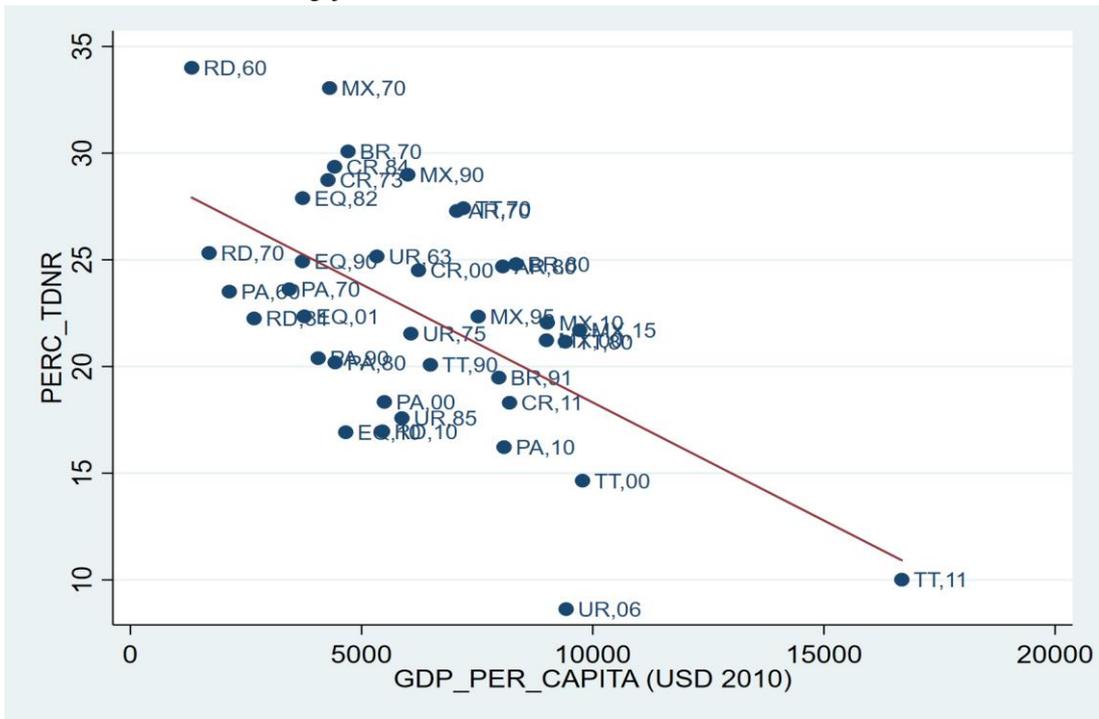


Fonte: Elaboração das autoras a partir dos microdados do IPUMS-International (Minnesota Population Center, 2018)

Análise exploratória: Correlações e Associações entre o Percentual de Trabalhadoras Não-remuneradas e a Economia

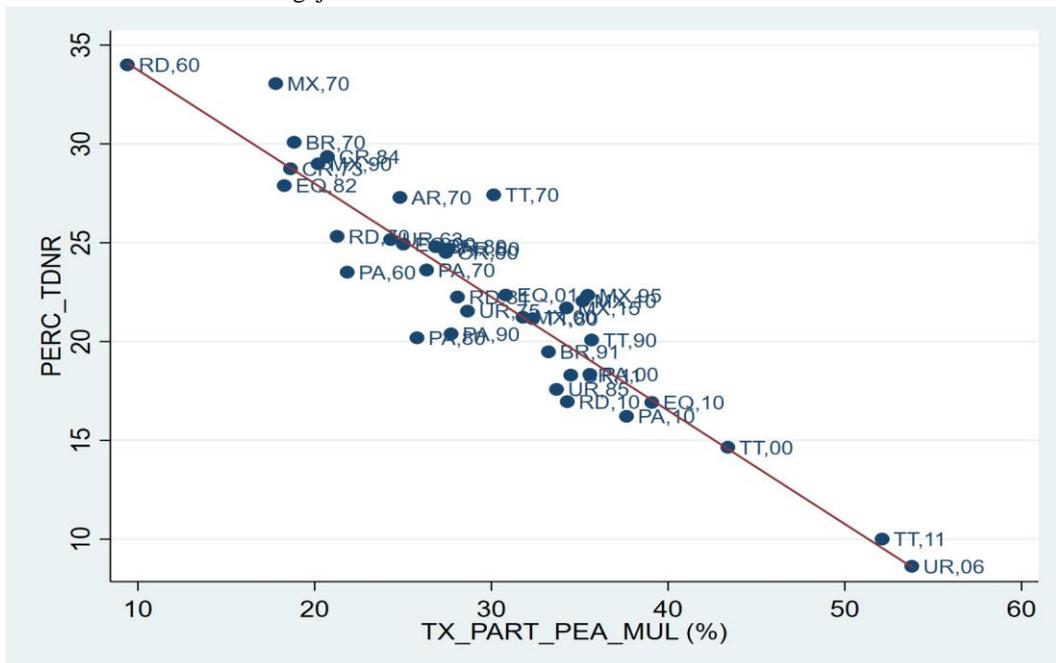
Nesta seção pretende-se buscar as relações entre a prevalência do TDNR e variáveis econômicas. Nos Gráficos 11 e 12 percebe-se que o engajamento das mulheres no TDNR é maior, quanto menos desenvolvido é o país. Adicionalmente, se observa que o engajamento no TDNR está relacionado inversamente com a participação das mulheres na força de trabalho.

Gráfico 11: Relação entre o PIB per capita (a preços de 2010, dólares) e o percentual de mulheres com 10-70 anos engajadas no trabalho doméstico não remunerado.



Fonte: Elaboração das autoras a partir dos microdados do IPUMS-International (Minnesota Population Center, 2018) e de dados do Banco Mundial (2018)

Gráfico 12: Relação entre a taxa de participação na força de trabalho e o percentual de mulheres com 10-70 anos engajadas no trabalho doméstico não remunerado.

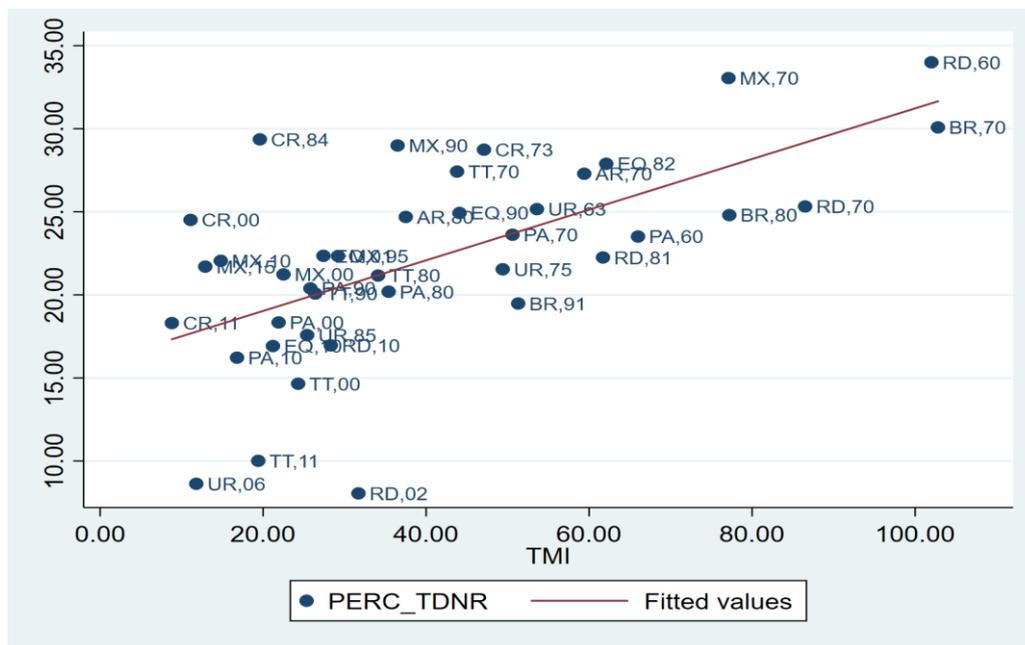


Fonte: Elaboração das autoras a partir dos microdados do IPUMS-International (Minnesota Population Center, 2018) e de dados do Banco Mundial (2018)

Outras correlações constatadas a partir dos dados ocorreram com a prevalência do TDNR e a mortalidade infantil e nível de escolaridade das mulheres. No caso da mortalidade infantil,

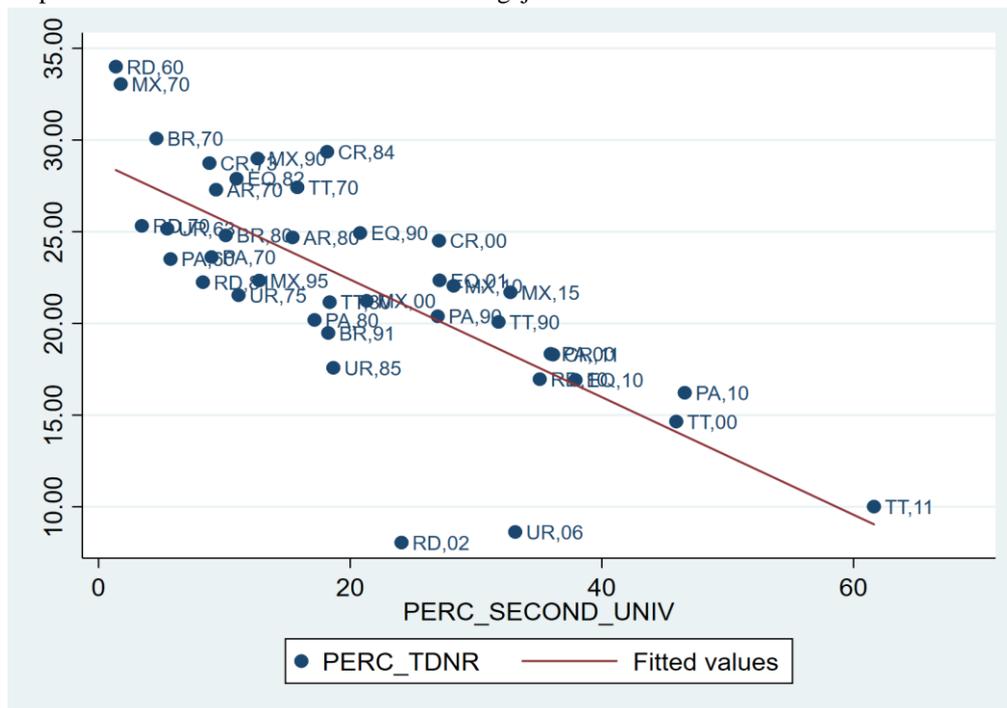
países com maiores taxas por mil habitantes são aqueles em que, em geral, há maiores níveis do TDNR (Gráfico 13). Consta-se ainda que, quanto maior o percentual de mulheres com ensino médio ou superior, menor é a proporção de TDNR (Gráfico 14).

Gráfico 13: Relação entre a taxa de mortalidade infantil e o percentual de mulheres com 10-70 anos engajadas no trabalho doméstico não remunerado.



Fonte: Elaboração das autoras a partir dos microdados do IPUMS-International (Minnesota Population Center, 2018) e de dados do Banco Mundial (2018)

Gráfico 14: Relação entre o percentual de mulheres de 25 anos ou mais com ensino médio ou superior completo e o percentual de mulheres com 10-70 anos engajadas no trabalho doméstico não remunerado.



Fonte: Elaboração das autoras a partir dos microdados do IPUMS-International (Minnesota Population Center, 2018)

Considerações finais

Os resultados preliminares desse estudo apontam que a prevalência do TDNR entre as mulheres é elevada em países selecionados da América Latina, ainda que tenha se reduzido no tempo. Tal indicador é fortemente correlacionado com piores níveis de desenvolvimento econômico, medidos pelo PIB per capita, participação feminina na força de trabalho, taxas de mortalidade infantil e escolaridade feminina. Verifica-se ainda, que o trabalho doméstico não remunerado é mais presente nas áreas urbanas, para mulheres mais maduras (acima de 40 anos), aquelas com filhos e para as menos escolarizadas.

A desigualdade na divisão sexual do trabalho nestas atividades mostra, que apesar de avanços nos anos recentes, muito ainda precisa avançar na busca da igualdade. Mas, deve-se reconhecer que mudanças culturais são lentas, dado que o movimento das mulheres do espaço privado para o público não foi acompanhado inversamente pelos homens, que resistem em ocupar-se com as tarefas domésticas e menos prestigiadas.

Referências bibliográficas:

Armas, Amparo; Contreras, Jackeline e Vásconez, Alison. (2009) *La Economía del cuidado, el trabajo no remunerado y remunerado en Ecuador*.

Atencio, Isabel. *El Mercado Laboral Femenino*. (2015) In: León (et. All.) *Economía Y Género en Panamá: Visibilizando la participación de las mujeres*.

Banco Mundial. (2018) *World Development Indicators*. Washington, D.C: The World Bank.

Cepal. (2016) *A distribuição do tempo: dimensão essencial na análise da desigualdade*. In: *Panorama Social da América Latina*, Capítulo IV. p. 25–32.

Consejo Nacional de las Mujeres – CONAMU. (2008) *La situación de las mujeres ecuatorianas: una mirada desde los derechos humanos* Quito.

Cutuli, Romina e Pérez, Inés. (2011) *Trabajo, género y desigualdad. El caso de las empleadas domésticas en Mar del Plata, 2010-2011*. Ministerio de Trabajo.

Espejo, Andrés; Filgueira, Fernando e Rico, Maria Nieves. (2010) *Familias Latinoamericanas: organización del trabajo no remunerado y de cuidado*. Naciones Unidas, Santiago de Chile.

García, Georgina Rojas; Gonzáles, Mónica Toledo. (2013) *Reproducción estratificada: el trabajo doméstico remunerado en México y la interacción entre mujeres de estratos medios y populares*. In: Gandini, Luciana; Innamorato, Mauricio. *Población y Trabajo en América Latina: abordajes teórico-metodológicos y tendencias recientes*. Série investigaciones número 14. ALAP - Rio de Janeiro, Brasil.

Instituto Tecnológico de Santo Domingo – INTEC. (2016) Área de Ciencias Sociales y Humanidades Centro de Estudios del Género. *Brechas de género: entre el dicho y el hecho de la autonomía de las mujeres en la República Dominicana*. Santo Domingo.

Jesus, Jordana Cristina de. (2018) *Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: uma análise de produção, consumo e transferência*. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG. Belo Horizonte, Minas Gerais.

Jiménez-Fontana, Pamela. (2016) *Desafíos para aumentar la participación de las mujeres en el mercado laboral: desigualdad de género en el trabajo no remunerado en Costa Rica*. Anais do XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais.

Marquéz, Maria Sosa; Modesto, Alfonso Mejia e Mora, José Soberón. (2017) *Dinámica Demográfica y su impacto en la división sexual del trabajo en México y Perú en la primera década del siglo XXI*. in: LEÓN e REYES (org). Población y mercados de trabajo en América Latina: Temas Emergentes. Série Investigaciones número 19 - ALAP: México.

Melo, Hildete Pereira. (2016) *Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz?* Anais da ABEP.

Minnesota Population Center. *Integrated Public Use Microdata Series, International: Version 6.5*. Minneapolis: University of Minnesota, 2018. <http://doi.org/10.18128/D020.V6.5>.

Nunes, Dimalice. (2017) *Trabalho doméstico não remunerado vale 11% do PIB no Brasil*. Carta capital.

Oliveira, Orlandina de e Ariza, Marina.(2001) *Transiciones familiares y trayectorias laborales femeninas en el México urbano*. In: Gomes, Cristina. (comp.) Procesos sociales, población y familia. Alternativas teóricas y empíricas en las investigaciones sobre vida doméstica. México, Flacso y Editorial Porrúa.

Oficina de Planeamiento y Presupuesto - OPP. (2016) *Tendencias en el trabajo remunerado y no remunerado*. Resumen Ejecutivo.

Reyes, Rolando. (2003) *El mercado de trabajo en República Dominicana. Problemas y desafíos*. In: El Mercado de Trabajo en Republica Dominicana. Problemas y desafíos para una política de empleo y trabajo decente. OIT, Santo Domingo.

Roopnarine, Karen; Ramattan, Dindial. (2011) *Female Labour Force Participation: The Case of Trinidad and Tobago*. World Sustainable Development Outlook.

Seguino, Stephanie. (2002) *Why are Women in the Caribbean So Much More Likely than Men to Be Unemployed?* Paper prepared for presentation the Caribbean Scholars Association meetings in Nassau, Bahamas.

Sorj, Bila. (2008) *O trabalho doméstico e de cuidados: novos desafios para a igualdade de gênero no Brasil*. In: Silveira, Maria Lucia da e Tito, Neuza (org.) Trabalho Doméstico e de Cuidados: Por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista.

Therborn, Göran. (2006) *Sexo e Poder: A família no mundo 1900-2000*. - São Paulo: Contexto

United Nations, (2015). *The World's Women 2015: Trends and Statistics*. New York: Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division. Sales No. E.15.XVII.8.

United Nations. (2018) *Goal 5. Sustainable Development Knowledge Platform*.